

dos n.ºs 1 e 3, alínea *a*), do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, extensível à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, o funcionário Joaquim António Almeida Rochinha, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, com a categoria de operário canteiro (escalão 2, índice 214), da carreira de operário canteiro, do grupo de pessoal operário, em exercício de funções nos serviços da Divisão de Obras Municipais, foi nomeado definitivamente em lugar vago da carreira de motorista de pesados, do grupo de pessoal de auxiliar, na categoria de motorista de pesados (escalão 6, índice 218), por reclassificação profissional ao abrigo do disposto na alínea *e*) do artigo 2.º e com dispensa de período probatório nos termos previstos no n.º 2 do artigo 5.º, ambos do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

2 — O funcionário deverá aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*.

2611015447

Aviso n.º 9715/2007

Nomeação definitiva por reclassificação profissional

1 — Em cumprimento do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, torno público que, por meu despacho de 15 de Maio de 2007, com efeitos desde a mesma data, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3, alínea *a*), do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, extensível à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, o funcionário Francisco António Silva Fonseca Rocha, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, com a categoria de operário cantoneiro (escalão 1, índice 137), da carreira de operário canteiro, do grupo de pessoal operário semi-qualificado, em exercício de funções nos serviços da Divisão de Obras Municipais, foi nomeado definitivamente em lugar vago da carreira de operário asfaltador, do grupo de pessoal de operário qualificado, na categoria de operário asfaltador (escalão 1, índice 142), por reclassificação profissional, ao abrigo do disposto na alínea *e*) do artigo 2.º, e com dispensa de período probatório, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 5.º, ambos do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

2 — O funcionário deverá aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*.

2611015456

Aviso n.º 9716/2007

Nomeação definitiva por reclassificação profissional

1 — Em cumprimento do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, torno público que, por meu despacho de 15 de Maio de 2007, com efeitos desde a mesma data, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3, alínea *a*), do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, extensível à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a funcionária Conceição Ramos Ferreira Reis, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, com a categoria de servente (escalão 3, índice 146), da carreira de servente, do grupo de pessoal auxiliar, em exercício de funções nos serviços da Divisão de Urbanismo e Ambiente, foi nomeada definitivamente em lugar vago da carreira de auxiliar de serviços gerais, do grupo de pessoal de auxiliar, na categoria de auxiliar de serviços gerais (escalão 3, índice 146), por reclassificação profissional, ao abrigo do disposto na alínea *e*) do artigo 2.º, e com dispensa de período probatório nos termos previstos no n.º 2 do artigo 5.º, ambos do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

2 — A funcionária deverá aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*.

2611015452

Aviso n.º 9717/2007

Nomeação definitiva por reclassificação profissional

1 — Em cumprimento do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, torno público que, por meu despacho de 15 de Maio de 2007, com efeitos desde a mesma data, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3, alínea *a*), do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, extensível à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, o funcionário Armando Ferreira Ribeiro, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, com a categoria de cantoneiro de limpeza (escalão 1, índice 155), da carreira de cantoneiro de limpeza, do grupo de pessoal auxiliar, em exercício de funções nos serviços da Divisão de Obras Municipais, foi nomeado definitivamente em lugar vago da carreira de operário pedreiro, do grupo de pessoal de operário qualificado, na categoria de operário pedreiro (escalão 3, índice 160), por reclassificação profissional ao abrigo do disposto na alínea *e*) do artigo 2.º, e com dispensa de período probatório nos termos previstos no n.º 2 do artigo 5.º, ambos do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

2 — O funcionário deverá aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*.

2611015450

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Aviso n.º 9718/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do signatário de 7 de Maio do corrente ano, foi deferido o pedido de licença sem vencimento, até 90 dias, formulado por Pedro Silva Azevedo, com a categoria de assistente administrativo, a partir do dia 21 de Maio de 2007 (inclusive).

16 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela*.

2611015514

CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU

Aviso n.º 9719/2007

António da Cunha Lemos, vereador da Câmara Municipal de Viseu, dá público conhecimento, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, que, 8 dias após a presente publicação no *Diário da República* e pelo prazo de 15 dias, se inicia o prazo de discussão pública da proposta de alteração ao alvará de loteamento n.º 06/2002, em nome de Jorge Costa Gomes, promovida pela Câmara Municipal de Viseu, que incide sobre o parque infantil do prédio denominado Quinta de Santa Comba, freguesia de Repeses.

A alteração consubstancia-se na requalificação do parque infantil existente no referido loteamento.

A proposta de alteração ao loteamento e correspondente informação técnica elaborada pelos Serviços Municipais encontram-se disponíveis durante o horário de funcionamento na Secção de Urbanização da Câmara Municipal de Viseu, onde poderão ser consultados para eventuais observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento.

As observações e sugestões dos interessados deverão ser devidamente fundamentadas e apresentadas por escrito, mediante identificação dos autores e entregues durante o período de discussão pública no Serviço de Atendimento Único, sito ao edifício dos Paços do Concelho.

19 de Abril de 2007. — O Vereador, *António da Cunha Lemos*.

2611015475

Aviso n.º 9720/2007

António da Cunha Lemos, vereador da Câmara Municipal de Viseu, dá público conhecimento, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, que, 8 dias após a presente publicação no *Diário da República* e pelo prazo de 15 dias, se inicia o prazo de discussão pública da proposta de alteração ao alvará de loteamento n.º 10/2002, em nome de Maria Faria da Silva e outros, promovida por Maria Lopes Ribeiro Faria e João António Faria Nogueira, que